



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Tribunal de Justiça
Gabinete da Vice-presidência
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Ofício n.º 264/2019/NUGEP/VQS

Cuiabá, 14 de outubro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Assunto : Comunica Publicação de acórdão - **TEMA 884/STF**

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Em atenção ao princípio da cooperação, comunico a Vossa Excelência, para que seja informado aos membros do Ministério Público de Mato Grosso, que o **Supremo Tribunal Federal** na sessão do plenário virtual realizada em 17/10/2018, **julgou o Recurso Extraordinário n. 928902/SP**, vinculado ao **TEMA 884** da repercussão geral, sendo que o **acórdão foi publicado em 12/09/2019**, no DJe/STF n. 198.

A questão submetida a julgamento no TEMA 884 versa sobre:

Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado e mantido pela União, nos termos da Lei 10.188/2001.

Informo que ao final do julgamento foi fixada a seguinte tese:

Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

Para maiores informações, consulte o link da página do STF <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/pesquisarProcesso.asp> temas com determinação de repercussão nacional.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Tribunal de Justiça
Gabinete da Vice-presidência
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Atenciosamente,

Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS,
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
Presidente da Comissão Gestora do NUGEP